



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA – SALA DAS COMISSÕES

**EDITAL N.º 176/2012 - CONCURSO DE INGRESSO
POR PROVIMENTO NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO – REMOÇÃO**

**CADERNO DE PROVA
LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. O candidato está recebendo, juntamente com este **caderno de prova**, o **cartão-resposta, único e insubstituível**. Confira os dados nele inseridos. Depois, assine em campo próprio para tal fim.
2. O candidato terá **seis horas** para resolver as **cem questões** contidas neste caderno de prova, todas com cinco alternativas. Existe apenas **uma resposta correta** para cada questão.
3. O caderno de prova só será **substituído** se apresentar algum problema de impressão.
4. Este caderno de prova **poderá** ser levado pelo candidato, desde que aguarde em sala o término da prova. Quando entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta, entregue também o caderno de prova, que você poderá retirar **após o sinal de encerramento**. Coloque seu nome no espaço ao lado: _____.
5. A tarefa do candidato consiste em analisar o conteúdo de cada questão e assinalar a resposta que julgar correta. A **interpretação** das questões, bem como das instruções, faz parte da prova.
6. Preencha o cartão-resposta na mesma sequência das questões do caderno de prova. A resposta deve ser assinalada conforme **instruções contidas** no cartão-resposta.
7. Durante a aplicação da prova **não** serão fornecidas quaisquer informações acerca das questões apresentadas. Caso queira **manifestar o seu inconformismo**, o candidato deverá apresentá-lo em tempo hábil na Sala das Comissões, 11º andar, Torre I, Tribunal de Justiça, ou enviá-lo para o endereço constante no item 4.1 do Edital de abertura do concurso.
8. A **saída do candidato** só será permitida após transcorridas duas horas do início da prova. Os **três últimos** candidatos a terminar a prova deverão **retirar-se** da sala simultaneamente, após apor sua assinatura e conferir o conteúdo do envelope a ser lacrado com a identificação dos cartões-resposta.
9. A Prova Objetiva de Seleção e o Gabarito serão divulgados **no dia 27 de agosto**, após as 16 (dezesseis) horas, no sítio do Tribunal de Justiça - **www.tjsc.jus.br** - O resultado **não** será fornecido por telefone.

FLORIANÓPOLIS, 26 de agosto de 2012.

REGISTROS PÚBLICOS

1ª Questão: São admitidos a registro no Registro de Imóveis os seguintes títulos:

- I. Escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros.
- II. Escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas reconhecidas por autenticidade, dispensado o reconhecimento quando se tratar de atos praticados por entidades vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação.
- III. Atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei e registrados no cartório do Registro de Títulos e Documentos, assim como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- IV. Contratos ou termos administrativos assinados com a União, Estados, Municípios ou o Distrito Federal no âmbito de programas de regularização fundiária e de programas habitacionais de interesse social, sendo indispensável o reconhecimento de firma.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

2ª Questão: Em relação ao parcelamento do solo urbano, analise as seguintes proposições:

- I. Para o registro do loteamento na serventia imobiliária, após aprovação pela prefeitura municipal ou Distrito Federal, o loteador deve obrigatoriamente apresentar, entre outros documentos, as certidões negativas: a) ações penais com respeito ao crime contra o patrimônio e contra a Administração Pública, b) de tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre o imóvel; e c) de ações reais referentes ao imóvel, pelo período de dez anos.
- II. Não será permitido o parcelamento do solo em terrenos: alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; com declividade igual ou superior a trinta por cento, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes; onde as condições geológicas não aconselham a edificação e em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.
- III. Os projetos de loteamento deverão reservar no mínimo trinta por cento da gleba para áreas destinadas a sistema de circulação, implantação de equipamento urbano e comunitário e espaços livres de uso público.
- IV. O processo de loteamento e os contratos depositados em Cartório poderão ser examinados por qualquer pessoa, a qualquer tempo, devidos emolumentos apenas a título de busca.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

3ª Questão: Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei n. 8.935/1994:

- a) É um direito do notário e do registrador guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão.
- b) Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros o direito de regresso somente no caso de dolo dos prepostos.
- c) A perda da delegação ocorrerá apenas após sentença judicial transitada em julgado.
- d) No serviço de que é titular, o notário e o registrador não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o segundo grau.
- e) O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.

4ª Questão: O art. 13 da Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/1973) estabelece que *“Salvo as anotações e as averbações obrigatórias, os atos do registro serão praticados: I – por ordem judicial; II – a requerimento verbal ou escrito dos interessados; III – a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.”*

Assinale a alternativa correspondente ao princípio registral imobiliário consagrado no referido art. 13 da Lei n. 6.015/1973:

- a) Princípio da inscrição.
- b) Princípio da especialidade subjetiva.
- c) Princípio da continuidade.
- d) Princípio da rogação ou instância.
- e) Princípio da concentração.

5ª Questão: De acordo com o Regimento de Custas do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta**:

- a) É permitida e regulada pelo Regimento de Custas do Estado de Santa Catarina a cobrança, pelas serventias notariais e de registro público, dos custos pertinentes a impressos de qualquer natureza.
- b) As custas dos serviços e atos forenses e os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, oficializados ou não, são cobrados de acordo com o Regimento de Custas, sendo permitida interpretação analógica como fundamento para a cobrança de situações não previstas nas respectivas rubricas.
- c) O Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, criado através da Lei n. 8.067/1990, alterada pela Lei n. 8.362/1991, integra o sistema de controle e fiscalização dos atos e serviços forenses, notariais e de registro, sendo constituído de recursos oriundos de cálculo incidente à razão de zero vírgula dois por cento do valor do ato ou serviço.
- d) As notificações extrajudiciais praticadas pelos Oficiais do Registro e Títulos e Documentos do Estado de Santa Catarina ficarão adstritas aos limites geográficos das jurisdições das Comarcas onde residirem os notificados.
- e) Nos atos e serviços praticados pelos notários ou oficiais dos registros públicos com valor declarado ou com expressão econômica mensurável é considerado, para efeito de cobrança dos emolumentos, o menor valor apurado entre o valor declarado pelas partes no negócio; o valor venal atribuído pelo órgão fiscal competente para fins de imposto predial e territorial ou do imposto de transmissão.

6ª Questão: Sobre o registro, averbação e cancelamento no Registro de Imóveis previstos na Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/1973), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As escrituras antenupciais serão registradas no Livro n. 3 do cartório do domicílio conjugal, sem prejuízo de sua averbação obrigatória no lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal, ou dos que forem sendo adquiridos e sujeitos a regime de bens diverso do comum, com a declaração das respectivas cláusulas, para ciência de terceiros.
- b) O registro da penhora faz prova quanto à fraude de qualquer transação posterior.
- c) O contrato de locação, com cláusula expressa de vigência no caso de alienação do imóvel, registrado no Livro n. 2, consignará, também, o seu valor, a renda, o prazo, o tempo e o lugar do pagamento, bem como pena convencional.
- d) Ainda que o imóvel esteja matriculado, não se fará registro que dependa da apresentação de título anterior, a fim de que se preserve a continuidade do registro.
- e) O registro, enquanto não cancelado, produz todos os efeitos legais salvo se, por outra maneira, se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido.

7º Questão: Em relação ao processo de registro na serventia registral imobiliária, assinale a alternativa **correta**:

- a) O título de natureza particular apresentado em uma só via será arquivado em cartório, fornecendo o oficial, a pedido, certidão do mesmo.
- b) No procedimento de suscitação de dúvida, caso o interessado tenha impugnado a dúvida, será ouvido o Ministério Público no prazo de quinze dias.
- c) Em caso de permuta, e pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob dois números de ordem no Protocolo.
- d) Bloqueada a matrícula, o oficial não poderá mais nela praticar qualquer ato, salvo com autorização judicial, não se permitindo também a prenotação de seus títulos aos interessados.
- e) A suscitação de dúvida tem natureza administrativa, todavia como é julgada por sentença e faz coisa julgada material entre as partes, os interessados ficam impedidos de utilizar o processo judicial contencioso.

8ª Questão: Sobre a Lei n. 8.560/1992 é **correto** afirmar:

- a) É possível legitimar e reconhecer filho na ata do casamento.
- b) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável e será feito no registro de nascimento; por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório; por testamento, ainda que incidentalmente manifestado, e por manifestação expressa e direta perante o juiz, ainda que o reconhecimento não haja sido o objeto único e principal do ato que o contém.
- c) É vedado o direito de averbar alteração do patronímico materno, em decorrência do casamento, no termo de nascimento do filho.
- d) No registro de nascimento far-se-á referência à natureza da filiação, à sua ordem em relação a outros irmãos do mesmo prenome, exceto gêmeos, ao lugar e cartório do casamento dos pais e ao estado civil destes.
- e) Os registros de nascimento, anteriores à data da entrada em vigor da presente lei, não poderão ser retificados por decisão judicial.

9ª Questão: Sobre o Registro de Títulos e Documentos, de acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça de Santa Catarina, assinale a alternativa **correta**:

- I. O oficial recusará registro a título e a documento que não se revistam das formalidades legais. Quando evidente a falsificação, o documento, após protocolizado, será encaminhado ao Ministério Público, para as providências de direito.
- II. É vedado o registro, mesmo facultativamente, de ato constitutivo de sociedade, quando este não estiver regularmente registrado no livro de registro civil de pessoas jurídicas.
- III. À margem dos respectivos registros, serão averbadas quaisquer ocorrências que os alterem, quer em relação às obrigações, quer em atinência às pessoas que nos atos figurem, inclusive quanto à prorrogação dos prazos.
- IV. Compete aos oficiais de Títulos e Documentos o registro de declarações unilaterais de posse, de cessões de direitos possessórios decorrentes de herança e respectivas sub-rogações, bem como de procurações em causa própria envolvendo a posse de imóvel.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

10ª Questão: Assinale a alternativa **correta** sobre o Registro Civil de Pessoas Jurídicas:

- a) São livros obrigatórios no Registro Civil de Pessoas Jurídicas: o Livro A, para o registro dos atos constitutivos das associações, fundações, sociedades simples, entidades religiosas e partidos políticos, com 300 folhas; o Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, com 150 folhas; o Livro C, indicador pessoal, substituível pelo sistema de fichas, a critério e sob a responsabilidade do oficial, o qual é obrigado a fornecer, com presteza, as certidões pedidas pelos nomes das partes que figurarem, por qualquer modo, nos livros de registros, com 150 folhas.
- b) Para o registro serão apresentadas duas vias do estatuto, compromisso ou contrato, pelas quais se fará o registro mediante petição do representante legal da sociedade, lançando o oficial, nas duas vias, a competente certidão do registro, com o respectivo número de ordem, livro e folha. Uma das vias será entregue ao representante e a outra arquivada em cartório, rubricando o oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.
- c) Os oficiais farão índices, pela ordem cronológica e alfabética, de todos os registros e arquivamentos, devendo adotar o sistema de fichas, mas ficando sempre responsáveis por qualquer erro ou omissão.
- d) O registro e averbações dos atos constitutivos e alterações das fundações somente se fará com a aprovação prévia do Juiz Diretor do Foro.
- e) Para o registro dos partidos políticos, serão obedecidos exclusivamente os requisitos previstos na Lei n. 6.015/1973.

11ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**. O requerimento de registro de nascimento tardio deverá ser assinado por duas testemunhas e será instruído com os documentos abaixo enumerados:

- a) Declaração de nascido vivo, se houver, ou de documento fornecido e firmado pelo representante legal do estabelecimento de saúde em que ocorreu o parto.
- b) Cópia da certidão de casamento ou óbito dos avós.
- c) Cópia da certidão de batismo do registrado, se houver.
- d) Cópia da certidão de casamento ou nascimento dos pais.
- e) Cópia de documento de identificação dos pais, entre outros.

12ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**. Os arquivos dos ofícios de registro de protesto de títulos deverão ser conservados nas serventias pelo menos durante os seguintes prazos:

- a) Em relação às intimações e editais referentes a títulos pagos ou retirados além do tríduo legal, por seis meses.
- b) Em relação aos documentos de cancelamento de protesto e às intimações e editais referentes a títulos protestados, por cinco anos.
- c) Em relação aos comprovantes de entrega de pagamentos aos credores, às solicitações de retirada dos apresentantes e comprovantes de devolução, por irregularidade, dos títulos e documentos de dívidas, por trinta dias.
- d) Em relação aos livros de protocolo, por três anos.
- e) Em relação aos livros de registros de protesto e respectivos títulos, por dez anos.

13ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**. Para as certidões emitidas em meio físico, adotar-se-á a seguinte padronização:

- a) Papel tamanho A4.
- b) Impressão em preto com boa nitidez.
- c) Fonte "Arial" ou "Times New Roman" tamanho 12.
- d) Área destinada ao texto que não poderá ser inferior a 160 x 230mm.
- e) Gramatura mínima de 40g/m².

14ª Questão: Sobre a ata notarial pode-se afirmar:

- I. É mera narração de um fato verificado pelo notário, que não poderá alterá-lo, interpretá-lo ou adaptá-lo, ou tecer juízo de valor sobre ele.
- II. É a apreensão de um ato ou fato, pelo notário, e a transcrição dessa percepção em documento próprio.
- III. Decorre do poder geral de autenticação de que é dotado o notário, pelo qual lhe é atribuído o poder de narrar fatos com autenticidade.
- IV. É a comprovação ou afirmação, pelo notário, de um fato jurídico, seja ele natural ou voluntário.
- V. Para a sua lavratura é necessária a utilização de livro exclusivo.

- a) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

15ª Questão: Acerca da Lei n. 8.935/1994:

- I. Aos oficiais de registro de imóveis, de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas compete a prática dos atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, dependendo de prévia distribuição, estando sujeitos os oficiais de registro de imóveis e civis das pessoas naturais às normas que definirem as circunscrições geográficas.
 - II. Aos notários compete intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo.
 - III. Aos tabeliães de notas compete com exclusividade lavrar escrituras e procurações públicas; lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados; lavrar atas notariais; reconhecer firmas; autenticar cópias.
 - IV. Incumbe aos notários e aos oficiais de registro praticar, independentemente de autorização, todos os atos previstos em lei necessários à organização e execução dos serviços, podendo, ainda, adotar sistemas de computação, microfilmagem, disco ótico e outros meios de reprodução.
- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

16ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A pessoa física que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária, está dispensada de prestar contas. Essa obrigação – a de prestar contas – é restrita às pessoas jurídicas e ainda públicas.
- b) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- c) Por não fazer parte do Poder Legislativo, o presidente da República não detém competência para iniciar o processo legislativo.
- d) Segundo a Constituição Federal, são crimes de responsabilidade os atos praticados pelo Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal. Na ocorrência de um crime de responsabilidade, considera-se admitida a acusação contra o Presidente da República por dois terços da Câmara dos Deputados, sendo ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- e) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo. Especificamente, esse controle será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, sendo que suas decisões de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

17ª Questão: A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais:

- I. A liberdade de manifestação irrestrita do pensamento é uma garantia fundamental.
- II. A Constituição Federal só garante o direito de propriedade imóvel, tanto rural como urbana.
- III. A autoridade pública competente, por qualquer motivo, poderá usar da propriedade particular e, quando assim o fizer, terá o proprietário direito à indenização pelo uso.
- IV. O Estado prestará assistência jurídica e integral a todos os brasileiros sem exceção.

- a) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

18ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Os imóveis urbanos são submetidos a duas ordens de desapropriação. Uma está subordinada a prévia e justa indenização em dinheiro, e outra, com caráter nitidamente punitivo, fica caracterizada quando o imóvel urbano apresenta-se não edificado, subutilizado ou não utilizado. Nesse caso, o pagamento se dá mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- b) A Constituição Federal garante que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, por pertencerem à administração pública indireta, contarão com o gozo de privilégios fiscais, porém esses mesmos privilégios não são extensivos às empresas ou sociedades pertencentes ao setor privado.
- c) Ao Poder Público, observados os princípios ditados na Constituição Federal e com base em lei, incumbe a prestação de serviços públicos, direta ou indiretamente. Quando o serviço for prestado de forma direta, caberá à administração pública direta, por sua estrutura orgânica, desempenhá-lo, cabendo à administração indireta a prestação de serviços públicos sob o regime de concessão ou permissão, independentemente de licitação.
- d) A política de desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público municipal, conforme as regras ditadas em nível nacional pelo Estatuto da Cidade, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. O plano diretor, lei municipal, constitui um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, que em observância à competência legislativa municipal descrita na Constituição Federal, ante a autonomia municipal, não tem a obrigação de guardar correspondência com as diretrizes gerais fixadas em lei trazidas no Estatuto da Cidade.
- e) A propriedade rural atende à função social que está instada a desempenhar quando observa, alternativamente, independentemente de qualquer subordinação legal ulterior que poderá definir critérios e graus de exigência, o requisito do aproveitamento racional adequado do imóvel e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

19ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Uma vez decretada a intervenção no Estado ou no Município, as autoridades afastadas em razão dessa intervenção não voltam a desempenhar suas funções, mesmo quando cessados os motivos que a determinaram.
- b) Cada Território elegerá seis Deputados.
- c) O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- d) Os servidores públicos aprovados em concurso público são considerados estáveis após dois anos de efetivo exercício no cargo em que se investiram.
- e) A concessão de anistia é ato exclusivo do Presidente da República e, por tal, não se encontra a concessão incluída nas atribuições reservadas ao Congresso Nacional.

20ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do mínimo de dois quintos dos membros do Senado Federal.
- b) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe, exclusivamente, a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional e ao Presidente da República.
- c) A Constituição Federal pode ser emendada, sendo que sua proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, quatro quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) Cabe ao Presidente da República decretar estado de defesa, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, com o fim de preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza, oportunidade em que não se admite, durante sua vigência, a emenda da Constituição Federal.
- e) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, sendo autorizada sua edição sobre matérias reservadas a lei complementar.

21ª Questão: A respeito dos Direitos Políticos, pode-se afirmar:

- I. O alistamento eleitoral é facultativo aos brasileiros maiores de 16 anos e menores de 18 anos, obrigatório aos maiores de 18 anos e facultativo aos maiores de 70 anos.
 - II. O brasileiro analfabeto não é obrigado a votar.
 - III. Para ser eleita, a pessoa não precisa necessariamente ter nacionalidade brasileira.
 - IV. A idade mínima para atingir a condição de elegibilidade para o cargo de governador de Estado é de 30 anos.
-
- a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

22ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território e do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- b) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se, indistintamente, a todas as eleições subsequentes.
- c) Os partidos políticos só adquirem personalidade jurídica após o registro de seus estatutos junto ao Tribunal Superior Eleitoral.
- d) Após a diplomação, o mandato eletivo não poderá mais ser impugnado junto à Justiça Eleitoral.
- e) A condenação em ação civil pública em que se apura improbidade administrativa pode submeter o condenado à imposição da cassação de seus direitos políticos.

23ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) É função essencial institucional do Ministério Público, privativamente, a promoção de ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- b) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
- c) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão; em razão disso não responde, civil e penalmente, pelos atos praticados no exercício da defesa dos interesses de seu cliente.
- d) As guardas municipais, quando criadas, exercem a atribuição de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- e) O *habeas corpus* é uma garantia fundamental. E como garantia de primeira dimensão, observando-se a universalidade, que é uma das características da fundamentalidade, é assegurado a todos os brasileiros, inclusive aos militares nos casos que envolvem o conteúdo de mérito e de forma de punições disciplinares castrenses.

24ª Questão: A respeito das competências comuns entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios previstas na Constituição Federal brasileira pode-se afirmar:

- I. Somente a União tem o compromisso de zelar pela guarda da Constituição e das leis.
 - II. Por inspirarem valores locais, somente o Município tem o compromisso de zelar pela proteção de valores históricos, artísticos e culturais, assim como pelos monumentos, paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos.
 - III. A preservação das florestas, da fauna e da flora são de responsabilidade única da União.
 - IV. A promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico são da competência exclusiva do Município.
- a) Somente as proposições I e III estão incorretas.
 - b) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
 - c) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
 - d) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
 - e) Todas as proposições estão incorretas.

25ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- b) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, entre outras obrigações, a de proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- c) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Consideram-se terras ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter transitório e permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- d) O princípio da inafastabilidade da jurisdição, garantia fundamental de relevante estirpe, é relativizada em face da previsão constitucional de que o Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
- e) Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem, entre outros, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O agente político é só aquele servidor investido de função política decorrente de mandato eletivo alcançado pessoalmente, quer no Poder Legislativo quer no Executivo.
- b) Os delegatários de serviço público classificam-se dentro da estrutura da administração pública como servidores civis, pois atuam como órgãos estatais, mas sem vínculo de subordinação, porém sujeitos à fiscalização estatal, sem auferirem remuneração proveniente dos cofres públicos.
- c) Funcionário de fato é aquele que se apresenta, em vista de circunstâncias muito peculiares, como agente público, mas que, na realidade, não o é. Nesse caso, os atos praticados por esses agentes são considerados válidos em razão da aparência de legalidade de que se revestem e em nome do princípio da boa-fé do administrado e da segurança jurídica.
- d) Os serviços de registros públicos, cartorários e notariais são exercidos em caráter privativo por delegação do Poder Público, no qual seus titulares ocupam cargo público, sendo por isso considerados como servidores públicos.
- e) Os servidores públicos nem sempre são remunerados pelos cofres públicos.

27ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A sociedade de economia mista, conforme descrição constitucional, faz parte da administração pública indireta, porém é pessoa jurídica de direito privado, criada para a prestação de serviços públicos ou para a exploração de atividades econômicas, contando com capital misto e constituída somente sob a modalidade empresarial de sociedade anônima.
- b) A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos. Ainda que possa anular seus próprios atos, não pode a administração pública revogá-los. Nesse caso, é necessária a indispensabilidade de uma manifestação judicial. Por isso, o princípio da autotutela para a revogação do ato inconveniente e inoportuno praticado pela administração não lhe é aplicável.
- c) A administração pública não está obrigada a motivar todos os atos que edita. A obrigatoriedade de motivação, segundo a Constituição Federal, é restrita às decisões judiciais e administrativas proferidas pelo Poder Judiciário.
- d) O poder vinculado do agente público é aquele no qual ele fica relativamente preso ao enunciado da lei ou de ato normativo da administração pública, o que determina que, necessariamente, podem ser adotadas várias decisões administrativas, estabelecendo-se um comportamento relativo ao agente, porém todos eles vinculados aos termos da lei. O administrador público faz uma apreciação subjetiva, todavia dotada de uma pequena margem de liberdade para agir.
- e) Os atos administrativos ditos discricionários, por sua justificada razão, não estão atrelados à dependência de uma motivação como requisito indispensável de validade.

28ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Não se caracteriza como descontinuidade do serviço público delegado através de concessão e permissão quando sua interrupção se dá em razão de situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivado por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, e por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- b) A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato administrativo sinalagmático, após discutidas as cláusulas, o qual observará os termos da legislação que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.
- c) As concessões e permissões sujeitar-se-ão somente à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação.
- d) Incumbe ao Poder Público a prestação de serviços públicos, que será desenvolvida na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão. A delegação do regime de concessão sempre será precedida de licitação, porém a autorização nem sempre, já que com base na conveniência e oportunidade, esta pode ser dispensada.
- e) Considera-se permissão de serviço público, segundo a lei, a delegação, a título precário, da realização de obras públicas e da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

29ª Questão: A respeito das regras constitucionais aplicáveis à administração pública pode-se afirmar:

- I. As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, e serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional efetivo da administração pública.
- II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego. Por essa razão, é vedada pela Constituição Federal a contratação de pessoal civil e militar por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- III. A Constituição Federal veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, a de dois cargos privativos de médico, e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. Nesses casos em que a acumulação remunerada é autorizada, não existe limite remuneratório a ser observado, dado que o servidor exerce lícitamente duas funções públicas e por tal deve ser remunerado. As parcelas de caráter indenizatório previstas no vencimento, por expressa disposição constitucional, não serão computadas para efeito dos limites remuneratórios.
- IV. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta e indireta, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

- a) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

30ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A criação e a extinção de autarquia dependem de lei específica.
- b) Dever de probidade do agente público exige que o administrador público, no desempenho de suas atividades, atue sempre em consonância com os princípios da moralidade e honestidade administrativas.
- c) Provimento é o ato administrativo por meio do qual é preenchido cargo público, com a designação de seu titular. Os cargos públicos podem ser de provimento efetivo ou de provimento em comissão.
- d) A autoexecutoriedade consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria administração, independentemente de ordem judicial.
- e) Os contratos administrativos nem sempre são formais, enquadrando-se os tipicamente administrativos na categoria de bilaterais, admitindo-se ao contratante discutir os termos da contratação, podendo sugerir alterações, supressões ou acréscimos às cláusulas já enredadas.

31ª Questão: Quanto à licitação, assinale a alternativa **correta**:

- I. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- II. A concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão são as únicas modalidades de licitação previstas na legislação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações por parte do Poder Público, ao qual se subordinam, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- III. É dispensável a licitação, em casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, sendo autorizada sua prorrogação, em razão da excepcionalidade, por uma única vez.
- IV. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita, exclusivamente, através de atestado fornecido pelo próprio produtor do bem cuja aquisição está sendo pretendida pelo Poder Público.

- a) Somente a proposição I está correta.
- b) Somente a proposição II está correta.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

32ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O ato administrativo pode ser revogado pelo Poder Judiciário.
- b) A anulação do ato administrativo só pode ser declarada pela própria administração, através de seu controle interno.
- c) O ato administrativo declarado nulo não cria situações jurídicas definitivas e não pode ser convalidado.
- d) A anulação do ato administrativo opera efeitos *ex nunc*.
- e) O ato administrativo declarado nulo não gera direito e nem cria obrigações para as partes até o momento em que é reconhecida sua ilegalidade. Excepciona-se quanto a terceiros de boa-fé que tenham sido atingidos pelos efeitos do ato anulado, caso em que o ato nulo produz os mesmos efeitos como se legal fosse.

33ª Questão: A respeito da responsabilidade civil do Estado, pode-se afirmar:

- I. A responsabilidade civil do Estado descrita na Constituição Federal tem sua natureza jurídica conhecida como responsabilidade objetiva. Mas, mesmo assim sendo, é lugar-comum na doutrina e na consolidada jurisprudência dos tribunais pátrios, cuja inteligência em face da Teoria do Risco Integral Administrativo comporta abrandamento. Nesse caso, a responsabilidade civil pode ser afastada ou mesmo atenuada, não só em razão de força maior e caso fortuito, como ainda em razão do comportamento adotado pela vítima, que pode resultar na exclusão da responsabilidade ou na concorrência dela. Isso é assim porque o nexo causal exigido entre o evento danoso e o resultado dele decorrente resta descaracterizado.
- II. A responsabilidade civil do Estado nos termos adotados na Constituição Federal brasileira consagra o entendimento de que o Estado tem a obrigação de responder pelos atos danosos praticados por seus prepostos, no exercício da função pública, sempre que eles, independentemente de sua intenção em proporcionar o evento danoso, venham a causar prejuízo a outrem. Nesse caso específico, o Estado não dispõe, genericamente, dos meios necessários de reaver o que pagou ao indivíduo pelo ato praticado pelo servidor, uma vez que este, assim o fazendo, agiu na condição de servidor público no exercício de sua função. Porém, comprovada a existência de elemento subjetivo caracterizado apenas como de dolo, subministrado pela intenção livre e consciente do servidor em proporcionar o dano, terá o Estado direito a uma ação regressiva para ser ressarcido dos valores que pagou à vítima do ato considerado lesivo.
- III. A responsabilidade civil do Estado não se confunde com as responsabilidades criminal e administrativa dos agentes públicos, uma vez que as esferas de responsabilidade são distintas. Diante disso, conclui-se que a absolvição do preposto do Estado no juízo criminal não afasta necessariamente a responsabilidade civil do Estado.
- IV. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Temos, portanto, que a Constituição Federal brasileira, ao assim prescrever, adota a responsabilidade de natureza jurídica objetiva, pois, resulta da dicção da previsão constitucional que o Estado é responsável pelos atos praticados pelos prepostos das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos. Contudo, a responsabilidade civil do Estado não encontra só escoro na natureza jurídica objetiva, pois o Estado através de omissão pode também causar danos a terceiros. E, neste caso, a natureza jurídica da obrigação de ressarcir é dita subjetiva.

- a) Somente a proposição I está correta.
- b) Somente a proposição II está correta.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições II e III estão corretas.

34ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O princípio da insignificância, aplicado ao juízo criminal, deve ser trasladado para o juízo de responsabilização político-administrativa do cível quando verificado que o prefeito municipal, através de um contrato lesivo ao erário público, apropriou-se de duzentos reais pertencentes aos cofres públicos. Nesse caso, afasta-se a possibilidade de sancionar o agente político com as penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- b) De acordo com as regras expostas na Lei de Improbidade Administrativa e sua interpretação doutrinária e jurisprudencial, não havendo enriquecimento ilícito e nem prejuízo ao erário, mas apenas ficando provada a inabilidade do administrador, não cabem as punições previstas na respectiva lei. A lei alcança apenas o administrador desonesto, não o inábil, despreparado, incompetente e desastrado. Portanto, é indispensável a má-fé do agente político naqueles atos potencialmente de improbidade que atentem contra os princípios da administração pública.
- c) Tanto a doutrina quanto a jurisprudência consolidada associam a improbidade administrativa à noção de desonestidade, de má-fé do agente público. Portanto, as condutas culposas que tenham proporcionado efetivo prejuízo ao erário público não dão ensejo às sanções descritas na Lei de Improbidade Administrativa.
- d) A Lein. 8.429/1992 é destinada a cobrar responsabilidade de agente público e daqueles que, de qualquer forma, ferem princípios constitucionais e legais, causando ou não lesão ao patrimônio público ou propiciando ou não enriquecimento ilícito. A expressão agente público é aberta, abrangendo todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual. Assim, a caracterização legal é ampla, abrangendo todo aquele que, como preposto do Estado, exerce, a qualquer título, função pública, remunerada ou gratuita, transitória ou definitiva, porém não política.
- e) A exemplo da responsabilização criminal, a responsabilização cível advinda de prática reconhecidamente lesiva ao patrimônio público e sancionada na forma prevista na Lei de Improbidade Administrativa é personalíssima, não obrigando, assim, o sucessor do causador da lesão ou daquele que enriquece ilicitamente a quaisquer das cominações nelas previstas.

35ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos. Ordinariamente, conforme preconiza a garantia fundamental, a desapropriação se faz mediante justa e prévia indenização em dinheiro, porém neste caso a desapropriação se fará com pagamento mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- b) A Constituição Federal brasileira assegura que compete ao Poder Público desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- c) A Constituição Federal concebe que as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro; no entanto, é facultado ao Município, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos do Estatuto da Cidade, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de, em último caso, não sendo suficiente o parcelamento do solo urbano e nem a aplicação do Imposto Predial, Territorial e Urbano – IPTU progressivo no tempo, ocorrer a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- d) Quando houver a desapropriação para fins de reforma agrária, as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real.
- e) É insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária a propriedade produtiva, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.

DIREITO TRIBUTÁRIO

36ª Questão: Em relação às proposições abaixo assinale a alternativa **correta**:

- I. O prazo prescricional para a cobrança do crédito tributário é de dez anos e sua contagem se inicia na data da constituição definitiva do referido crédito.
 - II. A interrupção da prescrição somente ocorre em virtude de atos judiciais: citação, protesto judicial ou qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
 - III. Remissão é a dispensa gratuita do crédito tributário, efetuada mediante autorização conferida pela lei à autoridade administrativa que, mediante despacho fundamentado, concederá a remissão total ou parcial do crédito tributário.
 - IV. O prazo para a promoção do lançamento é decadencial e o prazo para o ajuizamento da ação de execução fiscal é prescricional.
- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

37ª Questão: No tocante à isenção é **correto** afirmar:

- a) A isenção é a dispensa contratual do pagamento do tributo devido e se constitui em causa de não incidência tributária.
- b) A isenção é a dispensa contratual do pagamento do tributo devido e não se constitui em causa de não incidência tributária.
- c) A isenção é a dispensa legal do pagamento do tributo devido e se constitui em causa de não incidência tributária.
- d) A isenção não dispensa o pagamento do tributo devido; ela desconstitui o próprio fato gerador da exação.
- e) A isenção é a dispensa legal do pagamento do tributo devido e não se constitui em causa de não incidência tributária.

38ª Questão: No tocante à competência em matéria tributária é **correto** afirmar:

- a) Competência para legislar sobre direito tributário difere de competência tributária, haja vista que esta constitui-se em competência genérica para traçar regras sobre o exercício do poder de tributar, enquanto aquela se caracteriza pela competência de editar leis que instituem tributos.
- b) Competência para legislar sobre direito tributário e competência tributária são expressões sinônimas e indicam a competência genérica para traçar regras sobre o exercício do poder de tributar.
- c) Competência para legislar sobre direito tributário e competência tributária são expressões sinônimas e indicam a competência de editar leis que instituem tributos.
- d) Competência para legislar sobre direito tributário difere de competência tributária, haja vista que aquela constitui-se em competência genérica para traçar regras sobre o exercício do poder de tributar, enquanto esta se caracteriza pela competência de editar leis que instituem tributos.
- e) Competência para legislar sobre direito tributário difere de competência tributária, haja vista que aquela constitui-se em competência para instituir os tributos enquanto esta se caracteriza pela competência de cobrar os tributos.

39ª Questão: Sobre a obrigação tributária:

- I. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente, enquanto que a obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
 - II. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios, e de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
 - III. A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, independentemente se outorgada pessoalmente a um deles.
 - IV. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de liquidação.
- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

40ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A lei pode atribuir de modo expreso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
 - II. A responsabilidade tributária, no tocante ao momento em que surge o vínculo jurídico, pode ser classificada em responsabilidade tributária por transferência, quando a sujeição passiva do responsável é contemporânea com a ocorrência do fato gerador, ou por substituição, quando evento posterior ao fato gerador, definido por lei, causa a modificação do sujeito passivo da obrigação.
 - III. A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga caso não se realize o fato gerador presumido.
 - IV. Os créditos tributários relativos às taxas pela prestação de serviços referentes à propriedade, ao domínio útil ou à posse de bens imóveis não se sub-rogam na pessoa dos respectivos adquirentes.
- a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - b) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - d) Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

41ª Questão: Em razão do limite constitucional do poder de tributar, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) Exigir ou aumentar tributo.
- b) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos depois do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- c) Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- d) Cobrar tributo no exercício financeiro seguinte àquele em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- e) Estabelecer quaisquer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais ou de cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

42ª Questão: Sobre a taxa é **correto** afirmar:

- a) Ainda que a atividade administrativa não seja posta à disposição do contribuinte, a taxa poderá ser cobrada, haja vista que sua cobrança independe da disponibilidade do serviço.
- b) A Constituição Federal vetou a ignóbil cobrança de taxas sem a efetiva utilização do serviço posto à disposição do contribuinte quando por este não utilizado.
- c) As taxas serão sempre cobradas em decorrência de serviços divisíveis, não sendo obrigatória a especificidade desse serviço.
- d) Nos serviços definidos em lei como de utilização compulsória, postos à disposição do contribuinte mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento, a taxa pode ser cobrada mesmo sem a utilização efetiva do serviço pelo sujeito passivo.
- e) É inconstitucional a cobrança de taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.

43ª Questão: Quanto ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, pode-se afirmar:

- I. O ITBI não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- II. Não estão incluídos no campo de incidência do imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis os direitos reais de garantia.
- III. Incluem-se no campo de incidência do imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis a doação feita em vida pelo doador do imóvel.
- IV. A competência para instituir o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis pertence aos municípios.

- a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

44ª Questão: No que tange ao Imposto Territorial Rural - ITR, é **correto** afirmar:

- a) Será progressivo e não poderá ter suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de qualquer propriedade rural.
- b) Não poderá incidir sobre pequenas glebas rurais.
- c) Compete aos municípios instituí-lo.
- d) Cinquenta por cento do produto da arrecadação pertence ao Estado no qual se situa o imóvel.
- e) Será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

45ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- b) O depósito parcial do montante devido suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) O parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica; salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário exclui a incidência de juros e multas.
- d) A anistia é efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
- e) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, sendo extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.

DIREITO CIVIL

46ª Questão: Sobre a doação, é **correto** afirmar:

- a) O doador não pode fixar prazo para o donatário declarar se aceita ou não a liberalidade.
- b) Ocorre quando uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para outra pessoa.
- c) A doação feita em contemplação do merecimento do donatário perde o caráter de liberalidade.
- d) A doação deve ser feita sempre por escritura pública.
- e) Mesmo com a tradição de bens móveis de pequeno valor, não vale a doação verbal.

47ª Questão: Sobre o título de crédito, é **correto** afirmar:

- a) A omissão de qualquer requisito legal que tire ao escrito a sua validade como título de crédito implica a inviabilidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- b) É o documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, desde que preencha os requisitos da lei.
- c) É a prazo de apresentação o título de crédito que não contenha indicação do vencimento.
- d) O título de crédito pode ser reivindicado do portador que o adquiriu de boa-fé e na conformidade das normas que disciplinam a sua circulação.
- e) O pagamento de título de crédito que contenha obrigação de pagar soma determinada não pode ser garantido por aval.

48ª Questão: Sobre o casamento é **INCORRETO** afirmar:

- a) É civil e gratuita sua celebração.
- b) Estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.
- c) Estabelece comunhão total ou parcial de vida, de acordo com o regime escolhido.
- d) Realiza-se no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, sua vontade de estabelecer vínculo conjugal e o juiz os declara casados.
- e) O registro do religioso submete-se aos mesmos requisitos exigidos para o civil.

49ª Questão: Sobre a filiação, em análise às proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**:

- I. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.
 - II. Nascidos nos trezentos e sessenta dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal.
 - III. Havidos por fecundação homóloga, mesmo que falecido o marido.
 - IV. Havidos por inseminação artificial heteróloga, mesmo que sem prévia autorização do marido.
 - V. Havidos a qualquer tempo quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial heteróloga.
- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições IV e V estão corretas.
 - d) Somente as proposições III e V estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

50ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I. A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- II. Nos contratos onerosos, sem exceção, o alienante responde pela evicção.
- III. Subsiste a garantia da evicção ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- IV. A coisa recebida em virtude de doação onerosa não pode ser enjeitada por vício redibitório.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

51ª Questão: Enquanto não atingida a maioridade civil, o homem e a mulher com dezesseis anos de idade, para casar, dependem da autorização:

- a) Somente do pai, mesmo viva a mãe.
- b) Somente da mãe, mesmo vivo o pai.
- c) Do juiz, mesmo vivos os pais não divergentes.
- d) Do representante legal, se divergentes os pais.
- e) De ambos os pais ou do representante legal.

52ª Questão: O casamento válido só se dissolve:

- a) Pela separação judicial.
- b) Pela separação de corpos.
- c) Pela inexistência de coabitação.
- d) Pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio.
- e) Por motivo de força maior.

53ª Questão: São herdeiros necessários:

- a) Os colaterais até o 3º grau.
- b) Os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.
- c) Os afins até o 3º grau.
- d) Somente os descendentes.
- e) Somente o cônjuge.

54ª Questão: No regime da comunhão parcial de bens, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal na constância do casamento, **salvo**:

- a) Os adquiridos na constância do casamento por título oneroso, em nome somente de um dos cônjuges.
- b) Os adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares.
- c) Os bens de uso pessoal, os livros e os instrumentos de profissão.
- d) Os bens que cada cônjuge possuía ao casar.
- e) Os que lhe sobrevierem por doação ou sucessão e os sub-rogados em seu lugar.

55ª Questão: Aberta a sucessão:

- a) Dá-se no lugar do domicílio do inventariante ou testamenteiro.
- b) Regula-se pela lei vigente ao tempo do inventário.
- c) A companheira ou companheiro, se concorrer com filhos comuns, não terá direito à herança.
- d) Dá-se somente por disposição da lei.
- e) Transmite-se a herança, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

56ª Questão: Analise as proposições abaixo:

- I. Poderá ser deduzido pedido liminar nas ações individuais ou coletivas na defesa do consumidor, na própria petição inicial, sendo desnecessário o ajuizamento de ação cautelar autônoma.
 - II. O instituto da tutela antecipada de mérito não é aplicável à ação individual ou coletiva do consumidor em juízo.
 - III. São direitos difusos aqueles cujos titulares não se podem identificar, ligando-se eles por circunstâncias de fato.
 - IV. Nos direitos coletivos os titulares são indeterminados, mas determináveis, ligados entre si, ou com a parte contrária, por relação jurídica-base.
 - V. Nos direitos individuais homogêneos o titular é perfeitamente identificável e o objeto é divisível e cindível, sendo o direito individual de origem comum.
- a) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições IV e V estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, III, IV e V estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

57ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) A audiência preliminar somente será realizada em causas versando direitos indisponíveis.
- b) Se o direito em litígio não admitir transação, ou se as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável sua obtenção, ainda assim o juiz não poderá desde logo sanear o processo e ordenar a produção da prova.
- c) O tribunal poderá desde logo julgar a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.
- d) Submete-se ao duplo grau de jurisdição a sentença que anula o casamento.
- e) Qualquer decisão contra a Fazenda Pública se submete à devolução oficial ou à remessa de ofício ao Segundo Grau de Jurisdição.

58ª Questão: Sobre provas e sua produção no Código de Processo Civil – CPC, assinale a alternativa **correta**:

- a) O juiz não poderá indeferir inquirição de testemunhas sobre fatos confessados pela parte.
- b) A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda ao quántuplo do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados.
- c) Na produção da prova pericial as partes poderão indicar assistente técnico e apresentar até dez quesitos.
- d) A prova testemunhal é sempre admissível, não dispondo a lei de modo diverso.
- e) A inspeção judicial poderá, a critério do juiz, ser realizada por pessoa da sua confiança, desde que habilitada a conhecer o objeto da prova.

59ª Questão: No tocante aos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Nas causas de valor superior a vinte salários, a assistência por advogado é obrigatória.
- b) Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado.
- c) Será admitida ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento dos juizados especiais.
- d) Da sentença proferida caberá recurso com efeito devolutivo. Todavia, o juiz poderá dar-lhe efeito suspensivo para evitar dano irreparável ou de difícil reparação para a parte.
- e) Da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral descaberá recurso.

60ª Questão: Sobre os Juizados Especiais Cíveis, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O maior de 18 anos somente poderá ser autor se assistido, inclusive para efeito de conciliação.
- b) A lei prevê expressamente o abrandamento da jurisdição de direito, permitindo o julgamento por equidade e possibilitando a aplicação da lei que se reputar mais justa e equânime para o caso.
- c) O juiz tem amplo poder instrutório, podendo determinar as provas que entender necessárias, mesmo contra a vontade expressa das partes, dando ênfase às regras de experiência comum ou técnica.
- d) O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- e) Não se admite intervenção de terceiro no processo, todavia o litisconsórcio, em qualquer de suas formas, é admitido.

61ª Questão: A superveniência das férias forenses:

- a) Suspende os atos de jurisdição voluntária.
- b) Suspende as causas de procedimento sumário previstas no art. 275 do Código de Processo Civil - CPC.
- c) Interrompe o curso dos prazos processuais.
- d) Suspende a prática de atos processuais urgentes, tendentes a evitar dano irreparável.
- e) Suspende a resposta do réu quando realizada a citação a fim de evitar perecimento de direito, que só começará a fluir no primeiro dia útil seguinte às férias.

62ª Questão: Quanto à ação civil pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O inquérito civil deve ser arquivado, sem prejuízo de eventuais providências penais, se reparado o dano ambiental e não houver base para a propositura de ação civil pública.
- b) A iniciativa do Ministério Público pode ser provocada por qualquer pessoa, que lhe ministrará informações sobre fatos que constituam o objeto da ação civil pública e indicará os elementos de convicção.
- c) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- d) Os juízes e tribunais, se, no exercício de suas funções, tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil pública, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- e) O juiz não pode conferir efeito suspensivo aos recursos para evitar dano irreparável à parte, providência que somente poderá ser deferida pelo tribunal competente.

63ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Para efeito de citação editalícia, não é considerado inacessível o país que recusar o cumprimento de carta rogatória.
- b) A lei processual veda a reconvenção da reconvenção.
- c) A citação interrompe a prescrição, ainda que ordenada por juiz incompetente.
- d) O autor reconvinde será citado pessoalmente para contestar a reconvenção.
- e) Quando o juiz indeferir a petição inicial, extingue-se o processo com resolução do mérito.

64ª Questão: Sobre a alienação fiduciária, é **correto** afirmar:

- a) No caso de inadimplemento da obrigação, poderá o devedor vender a coisa a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento total ou parcial da dívida.
- b) É válida a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no seu vencimento.
- c) A busca e a apreensão decorrente de contrato garantido por alienação fiduciária tem natureza cautelar, ficando na dependência da propositura de ação principal.
- d) Transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta, tornando-se o devedor possuidor direto e depositário da coisa móvel.
- e) A mora somente será comprovada por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos.

65ª Questão: Quanto às locações regidas pela Lei n. 8.245/1991:

- I. Os processos tramitam durante as férias forenses, porém se suspendem pela superveniência delas.
- II. Salvo se outro houver sido eleito no contrato, é competente para conhecer e julgar as ações o foro do lugar da situação do imóvel.
- III. Nas ações de despejo por falta de pagamento, o valor da causa corresponderá ao débito pendente.
- IV. A citação será sempre mediante correspondência com aviso de recebimento.
- V. Os recursos interpostos contra as sentenças terão efeito somente devolutivo.

- a) Somente as proposições II e V estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e II estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

DIREITO PENAL

66ª Questão: A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 do Código Penal - CP, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

- a) Em oito anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito.
- b) Em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze.
- c) Em quatro anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro.
- d) Em três anos, se o máximo da pena é superior a um ano ou, sendo superior, não excede a dois.
- e) Em trinta anos se o máximo da pena é superior a quinze.

67ª Questão: Nos termos do Código Penal – CP:

- I. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- II. A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversa, mas nela é computada, quando idêntica.
- III. O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- IV. O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

68ª Questão: Analise as proposições abaixo:

- I. O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, e será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.
- II. Quem, de qualquer modo, inclusive por meio de pessoa jurídica, concorre para os crimes definidos na Lei n. 8.137/1990, incide nas penas a estes cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- III. Os crimes definidos no Estatuto do Idoso são, em sua maioria, de ação penal pública condicionada.
- IV. A lei brasileira só é aplicável à contravenção praticada no território nacional.

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

69ª Questão: Sobre as Súmulas do Supremo Tribunal Federal - STF, em Direito Penal, pode-se afirmar:

- I. Não há crime de latrocínio quando o homicídio se consuma mas o agente não realiza a subtração dos bens da vítima.
- II. Não impede a progressão de regime da pena, fixada em sentença não transitada em julgado, o fato de o réu se encontrar em prisão especial.
- III. O art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, que reclama decorra do fato perigo de dano, não derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais no tocante à direção sem habilitação em vias terrestres.
- IV. A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

70ª Questão: Acerca das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça - STJ, em Direito Penal, pode-se afirmar:

- I. É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.
 - II. A falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.
 - III. A prescrição penal não é aplicável nas medidas socioeducativas.
 - IV. É inadmissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.
- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

71ª Questão: Acerca da Lei n. 9.605/1998:

- I. Nos crimes previstos nesta lei, a suspensão condicional do processo pode ser aplicada nos casos de ser cominada pena privativa de liberdade não superior a três anos.
 - II. Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
 - III. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
 - IV. A pessoa jurídica constituída ou utilizada com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta lei terá decretada sua liquidação forçada; seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

72ª Questão: A ação penal para o crime de “violar direitos de autor e os que lhes são conexos”, previsto no art. 184, caput, do Código Penal - CP, procede mediante:

- a) Ação penal pública incondicionada.
- b) Ação penal pública condicionada à representação.
- c) Queixa.
- d) Ação penal subsidiária da pública.
- e) Ação penal extensiva.

73ª Questão: As penas restritivas de direito são espécie de medidas alternativas, aplicadas nos casos previstos no art. 44 do Código Penal - CP. Não constitui, entretanto, pena restritiva de direito prevista no Código Penal:

- a) Perda de bens e valores.
- b) Limitação de fim de semana.
- c) Interdição temporária de direitos.
- d) Recolhimento domiciliar.
- e) Prestação pecuniária.

74ª Questão: Sobre o crime de falsidade de títulos e outros papéis públicos, pode-se afirmar:

- I. A falsificação de bilhete de loteria é conduta tipificada nos incisos do art. 293 do Código Penal - CP.
- II. A falsificação de guia florestal não integra o tipo penal do art. 293 do Código Penal - CP, visto não se destinar ao recolhimento ou depósito de valores, mas a mero controle de transporte de madeira.
- III. Aqueles que praticam comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em vias, praças ou logradouros públicos e em residências, são equiparados, para fins penais do art. 293 do Código Penal - CP, aos agentes que realizam atividade comercial.
- IV. Comete delito aquele que falsifica passe ou conhecimento de empresa de transporte administrada pela União, Estados ou Municípios.

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

75ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Consoante a Lei n. 8.072/1990, os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça, indulto, fiança e liberdade provisória.
- b) Nos casos de condenação por crime hediondo, a progressão de regime dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos) se reincidente.
- c) Nos termos da Lei n. 11.343/2006, o indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação terá pena reduzida de um sexto a dois terços.
- d) Segundo a Lei n. 11.343/2006, constitui crime induzir, instigar ou auxiliar alguém a uso indevido de droga, cuja pena será de reclusão de um a quatro anos, além de multa.
- e) Em consonância com a Lei n. 11.343/2006, terá a pena reduzida à metade o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

76ª Questão: A revisão criminal, prevista no art. 621 do Código de Processo Penal - CPP, é conhecida como ação de conhecimento de natureza constitutiva. São vários os efeitos de sua acolhida, entretanto **não** pode ocorrer:

- a) Absolvição do réu.
- b) Redução da pena imposta pela decisão revista.
- c) Anulação do processo.
- d) Alteração da classificação da infração.
- e) Agravamento da pena imposta pela decisão revista.

77ª Questão: Sobre a prova no Processo Penal é **correto** afirmar:

- a) O juiz formulará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida nos autos, podendo fundamentar sua decisão somente nos elementos informativos colhidos durante a investigação.
- b) Serão observadas, quanto ao estado das pessoas, as restrições estabelecidas pela lei civil.
- c) Não pode o juiz fundamentar sua decisão nas provas cautelares.
- d) Não pode o juiz, de ofício, determinar a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.
- e) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo, contudo, supri-lo a confissão do acusado.

78ª Questão: Sobre os prazos aos juízes singulares, no âmbito de processos penais, pode-se afirmar:

- I. É de dez dias, se a decisão for definitiva ou interlocutória mista.
- II. É de cinco dias, se for interlocutória simples.
- III. É de dois dias, se se tratar de despacho de expediente.
- IV. É de quinze dias, se se tratar de pronúncia.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

79ª Questão: Não raras vezes depara-se o julgador com a confissão do acusado quanto à autoria do crime. É **correto** afirmar:

- a) A confissão feita na fase judicial tem caráter absoluto.
- b) A confissão deve ser apurada mediante a compatibilidade ou concordância com as demais provas do processo.
- c) A confissão feita na fase judicial é retratável, mas indivisível.
- d) A confissão realizada fora do interrogatório não demanda tomada por termo nos autos para ser válida.
- e) O silêncio do acusado importará em confissão, podendo constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

80ª Questão: Sobre as Súmulas do Supremo Tribunal Federal - STF, em Direito Processual Penal, pode-se afirmar:

- I. É possível o desaforamento de processo da competência do Júri sem a audiência da defesa quando, fundada em assertivas do juiz, a decisão for motivada no interesse da ordem pública.
- II. A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
- III. É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- IV. É pública condicionada à representação da autoridade fiscal a ação penal de sonegação.

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

81ª Questão: Acerca das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça - STJ, em Direito Processual Penal, pode-se afirmar:

- I. Não é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.
- II. O conhecimento de recurso de apelação do réu depende de sua prisão.
- III. A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no art. 366 do Código de Processual Penal - CPP deve ser concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.
- IV. Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.

- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

82ª Questão: Acerca da Ação Civil pode-se afirmar:

- I. Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.
- II. A sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime obsta a propositura da ação civil.
- III. O despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação não impedirá a propositura da ação civil.
- IV. A decisão que julgar extinta a punibilidade obsta a propositura da ação civil.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

83ª Questão: Acerca da Lei n. 9.099/1995 assinale a alternativa **correta**:

- a) O relatório é indispensável na sentença penal condenatória.
- b) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de cinco juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- c) A apelação será interposta no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
- d) Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da sentença, interrompendo o prazo para o recurso.
- e) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

84ª Questão: Após a apresentação da defesa prevista no art. 396-A do Código de Processo Penal - CPP, deverá o juiz absolver sumariamente o acusado, porém assim **não** fará quando:

- a) Existir manifesta causa de excludente da ilicitude do fato.
- b) Não constituir crime o fato narrado.
- c) Estiver extinta a punibilidade do agente.
- d) Existir manifesta causa de excludente da culpabilidade do agente consistente na inimputabilidade.
- e) Existir manifesta causa de excludente da culpabilidade do agente, como a falta de potencial consciência da ilicitude.

85ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O procedimento correspondente às situações previstas na Lei de Execução Penal – Lei n. 7.210/1984 será judicial, desenvolvendo-se perante o Juízo da Condenação.
- b) Apenas na instrução criminal caberá a prisão preventiva do agressor decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.
- c) Nos termos da Lei n. 9.807/1999, somente a requerimento das partes o juiz poderá conceder o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado a identificação dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa, a localização da vítima com a sua integridade física preservada e a recuperação total ou parcial do produto do crime.
- d) Em consonância com a Lei Maria da Penha – Lei n. 11.340/2006, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- e) Consoante a Lei n. 9.807/1999, as medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados com base nas disposições dessa lei.

DIREITO COMERCIAL

86ª Questão: No tocante às fontes do Direito Comercial, é **correto** afirmar:

- a) As fontes do direito comercial na atualidade são a Constituição Federal, o Código Civil, a legislação esparsa e os usos e costumes mercantis, haja vista que o Código Comercial foi revogado.
- b) As fontes do direito comercial na atualidade são a Constituição Federal, o Código Civil, o Código Comercial, a legislação esparsa e os usos e costumes mercantis.
- c) As fontes do direito comercial na atualidade são a Constituição Federal, o Código Comercial, a legislação esparsa e os usos e costumes mercantis.
- d) As fontes do direito comercial na atualidade são a Constituição Federal, o Código Civil, o Código Penal, a legislação esparsa e os usos e costumes mercantis, haja vista que o Código Comercial foi revogado.
- e) As fontes do direito comercial na atualidade são a Constituição Federal, o Código Civil, o Código Comercial e as legislações esparsas, vedada a utilização de usos e costumes em matéria mercantil.

87ª Questão: Quanto ao endosso é **correto** afirmar:

- a) É título de crédito.
- b) É ato cambiário pelo qual um terceiro se responsabiliza pelo pagamento da obrigação constante no título de crédito.
- c) É ato formal pelo qual se atestam fatos relevantes para a relação cambial.
- d) É ato pelo qual se aperfeiçoa a vênua conjugal para a validade do título de crédito.
- e) É ato cambiário mediante o qual o credor do título de crédito transmite seus direitos a outrem.

88ª Questão: Quanto aos princípios que norteiam a formação do nome empresarial, é **correto** afirmar que a regra que exige que o nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro (art. 1.163 do Código Civil) constitui exemplo do seguinte princípio:

- a) Ubiquidade.
- b) Veracidade.
- c) Novidade.
- d) Alteridade.
- e) Primariedade.

89ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- I. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- II. A inscrição do empresário na Junta Comercial é requisito essencial para a sua caracterização, não se admitindo o exercício da empresa sem tal providência. A ausência da inscrição exclui a sujeição do empresário às normas do Código Civil e da legislação comercial.
- III. Sem a regular inscrição na Junta Comercial do pretendente ao exercício de atividades empresariais ou comerciais, não há que se falar em empresário.
- IV. O empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão pode, nos termos da lei, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

90ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- I. A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.
- II. Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.
- III. O nome empresarial pode ser objeto de alienação.
- IV. A proteção do nome empresarial estender-se-á a todo o território nacional, se registrado na forma da lei especial.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

91ª Questão: No que tange à empresa individual de responsabilidade limitada:

- I. Será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- II. O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.
- III. A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.
- IV. Os sócios somente serão responsabilizados no limite das cotas integralizadas.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

92ª Questão: No tocante à recuperação de empresas, pode-se afirmar:

- I. É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
- II. São exigíveis do devedor, na recuperação de empresas, as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência.
- III. O deferimento do processamento da recuperação judicial não suspende o curso da prescrição, nem tampouco o curso das ações e execuções em face do devedor.
- IV. As pessoas jurídicas poderão ser nomeadas para o exercício da atividade de administrador judicial.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

93ª Questão: No tocante às sociedades anônimas, pode-se afirmar:

- I. São regidas integralmente pelas disposições do atual Código Civil, que revogou a antiga Lei das S/A.
- II. Possuem como características, entre outras, sua natureza capitalista; sua essência empresarial; sua identificação exclusiva por denominação e a responsabilidade limitada de seus sócios.
- III. A Comissão de Valores Mobiliários é uma associação privada formada por sociedades corretoras e tem por finalidade autorizar a manutenção de local para a venda e a própria venda das ações no mercado mobiliário de ações.
- IV. O capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que subscrever.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II e IV estão corretas.

94ª Questão: De acordo com a Lei n. 9.279/1996, os requisitos da patenteabilidade são:

- a) Aplicabilidade, veracidade e novidade.
- b) Credencialidade, alteridade e aplicabilidade.
- c) Novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- d) Naturalidade, veracidade e aplicação industrial.
- e) Cambialidade, permeabilidade e exclusividade.

95ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- I. A sociedade estrangeira, qualquer que seja o seu objeto, não pode, sem autorização do Poder Executivo, funcionar no País, ainda que por estabelecimentos subordinados, podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionista de sociedade anônima brasileira.
- II. Ao requerimento de autorização de funcionamento de sociedade estrangeira devem juntar-se prova de se achar a sociedade constituída conforme a lei de seu país; inteiro teor do contrato ou do estatuto; relação dos membros de todos os órgãos da administração da sociedade, com nome, nacionalidade, profissão, domicílio e, salvo quanto a ações ao portador, o valor da participação de cada um no capital da sociedade; cópia do ato que autorizou o funcionamento no Brasil e fixou o capital destinado às operações no território nacional; prova de nomeação do representante no Brasil, com poderes expressos para aceitar as condições exigidas para a autorização e último balanço.
- III. Até sessenta dias após publicados os atos relativos à incorporação, fusão ou cisão, o credor anterior, por ela prejudicado, poderá promover judicialmente a anulação deles.
- IV. Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada. É limitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde somente pelo valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado nas operações sociais, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações e ilimitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

CONHECIMENTOS GERAIS

96ª Questão: De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, “a idéia dos BRICS foi formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O’Neil, em estudo de 2001, intitulado ‘Building Better Global Economic BRICs’. Fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação.” Em 2006, o conceito deu origem a um agrupamento de quatro países incorporado à política externa, e em 2011 um quinto país passou a fazer parte do agrupamento, que adotou a sigla BRICS. Assinale quais os cinco países que compõem este agrupamento:

- a) Brasil, Romênia, Índia, China e Singapura.
- b) Brasil, Rússia, Indonésia, Canadá e África do Sul.
- c) Brasil, Rússia, Indonésia, Colômbia e Singapura.
- d) Brasil, Romênia, Índia, Colômbia e República Centro-Africana.
- e) Brasil, Rússia, Índia, China e República da África do Sul.

97ª Questão: Em relação à administração e gestão de cartórios, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
- b) Incumbe aos notários e aos oficiais de registro praticar, mediante autorização da Corregedoria Geral da Justiça, todos os atos previstos em lei necessários à organização e execução dos serviços, podendo, ainda, adotar sistemas de computação, microfilmagem, disco ótico e outros meios de reprodução.
- c) O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.
- d) A implementação de treinamento jurídico dos colaboradores, organização do arquivo, elaboração de normativa interna, uso de sistemas de software e hardware adequados à prestação de serviços de qualidade e responsabilidade social são exemplos de formas de melhorar a administração e gestão das serventias extrajudiciais.
- e) Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

98ª Questão: O escritor peruano Mario Vargas Llosa, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura de 2010, **não** escreveu o seguinte romance:

- a) Os cadernos de Dom Rigoberto.
- b) Pantaleão e as visitadoras.
- c) Cem anos de solidão.
- d) Tia Julia e o escrevinhador.
- e) Conversa na catedral.

99ª Questão: Segundo a denúncia formulada pelo Ministério Público Federal, o escândalo do “mensalão” consistiu:

- a) Na compra de parlamentares para comporem a base de apoio ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.
- b) Na compra de deputados federais e senadores para votarem a favor da emenda constitucional que possibilitou a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
- c) Na compra de deputados federais e senadores para votarem a favor da emenda constitucional que possibilitou a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.
- d) No suborno regular de membros dos três Poderes da República, efetuado pelo contraventor Carlinhos Cachoeira, visando obter benefícios e proteção para as suas atividades ilegais.
- e) Na compra de parlamentares para comporem a base de apoio ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

100ª Questão: O reconhecimento da existência do Estado da Palestina, tendo por território as fronteiras de 4 de junho de 1967, ou seja, anteriores à Guerra dos Seis Dias entre árabes e israelenses, e por capital Jerusalém, é uma antiga reivindicação do povo palestino que não é implementada devido à discordância de um dos países ou organizações abaixo:

- a) Autoridade Nacional Palestina - ANP.
- b) Hamas.
- c) Egito.
- d) Israel.
- e) Liga Árabe.

GABARITO

1-C	2-B	3-E	4-D	5-D	6-E	7-A	8-B	9-C	10-B
11-B	12-B	13-E	14-D	15-C	16-E	17-E	18-A	19-C	20-D
21-D	22-A	23-B	24-E	25-C	26-C	27-A	28-A	29-E	30-E
31-A	32-C	33-D	34-B	35-C	36-A	37-E	38-D	39-A	40-B
41-C	42-D	43-D	44-E	45-A	46-B	47-B	48-C	49-A	50-B
51-E	52-D	53-B	54-A	55-E	56-D	57-C	58-D	59-C	60-A
61-E	62-E	63-C	64-D	65-A	66-B	67-C	68-C	69-A	70-A
71-A	72-C	73-D	74-D	75-B	76-E	77-B	78-A	79-B	80-C
81-A	82-B	83-E	84-D	85-D	86-B	87-E	88-C	89-A	90-D
91-B	92-A	93-E	94-C	95-D	96-E	97-B	98-C	99-E	100-D

A Prova Objetiva de Seleção e o Gabarito serão divulgados **no dia 27 de agosto**, após as 16 (dezesesseis) horas, no sítio do Tribunal de Justiça - www.tjsc.jus.br - O resultado **não** será fornecido por telefone.